

# ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E TECNOLOGIAS DIGITAIS: ANÁLISES SOBRE DOCUMENTOS OFICIAIS

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING AND DIGITAL TECHNOLOGIES: ANALYSES ON OFFICIAL DOCUMENTS

ENSEÑANZA DE LENGUA PORTUGUESA Y TECNOLOGÍAS DIGITALES: ANÁLISIS DE DOCUMENTOS OFICIALES

*Jaciluz DIAS\**

*Marta Cristina da SILVA\*\**

**Resumo:** Com o objetivo de investigar como o uso das TDIC faz parte do currículo escolar e de formação docente, esta pesquisa analisa, comparativamente, a BNCC de língua portuguesa do Ensino Médio (BRASIL, 2018) e as DCN para formação docente (BRASIL, 2015). Além de considerar o currículo previsto para a educação básica, a formação docente não pode perder de vista documentos que alteram a organização dos ciclos da educação, como a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017). Essa análise apontou que a BNCC procura incluir as TDIC em sua proposta por meio do trabalho com gêneros discursivos multimodais (ROJO, 2017), contemplando as novas formas de sociabilidade (SALOMÃO, 2018). Pretendeu-se levantar discussões sobre a importância de a formação docente ser vista sob uma nova ótica, articulada à necessidade de investimentos na educação pública, levando em conta que a implementação da BNCC é uma realidade para a qual os professores precisam se preparar.

**Palavras-chave:** Diretrizes oficiais; Formação docente; Ensino de Língua Portuguesa; TDIC.

**Abstract:** This research aims at examining how the use of DICT is part of school curriculum and teacher education by analysing and comparing the following documents: Portuguese Language National Common Core Curriculum for High School (BRASIL, 2018) and National Curriculum Guidelines for the first years of education (BRASIL, 2015). Besides considering the prescribed curriculum for primary and secondary education, teacher training cannot overlook the documents which change the organisation of education cycles, such as High School Reform (BRASIL, 2017). This

---

\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística. Contato: jaciluzdias@gmail.com.

\*\* Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística, na linha de pesquisa Linguagem e Humanidades, e na graduação em Letras (habilitação em Língua Inglesa). Contato: martacris.silva@gmail.com.

analysis has shown that BNCC aims at approaching DICT in its pedagogical proposal when suggesting multimodal discursive genres (ROJO, 2017), observing the new forms of sociability (SALOMÃO, 2018). We intended to encourage discussions about the importance of considering teacher education through a new perspective, as well as about the need to articulate this to investments in public education, taking into account that BNCC implementation is something that teachers will have to be prepared for.

**Keywords:** Official guidelines; Teacher education; Portuguese language teaching; DICT.

**Resumen:** Para investigar cómo el uso de TDIC es parte del currículo escolar y de la capacitación de docentes, esta investigación analiza comparativamente la Base Nacional Común Curricular de la lengua portuguesa para la escuela secundaria (BRASIL, 2018) y las Directrices Curriculares Nacionales para la formación de profesores (BRASIL, 2015). Además de considerar el plan de estudios previsto para la educación básica, la capacitación docente no puede perder de vista los documentos que alteran la organización de los ciclos educativos, como la Reforma de la escuela secundaria (BRASIL, 2017). Este análisis mostró que BNCC busca incluir TDIC en su propuesta a través del trabajo con géneros de discurso multimodal (ROJO, 2017), contemplando las nuevas formas de sociabilidad (SALOMÃO, 2018). Se pretendía plantear debates sobre la importancia de la formación de docentes desde una nueva perspectiva, articulada a la necesidad de inversiones en educación pública, teniendo en cuenta que la implementación de BNCC es una realidad para la que los docentes deben prepararse.

**Palabras clave:** Pautas oficiales; Formación del profesorado; Enseñanza de la lengua portuguesa; TDIC.

## **Introdução**

Esta pesquisa se debruçou sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC de língua portuguesa do Ensino Médio (BRASIL, 2018) e sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores (BRASIL, 2015) – doravante denominadas DCN para formação docente. Isso porque esta pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente documentos oficiais, a fim de compreender como o uso das TDIC é contemplado na formação docente e discente de língua portuguesa. Em outras palavras, busca-se investigar em que medida esses documentos apontam para a necessidade de os professores se capacitarem para utilizar as tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Enquanto as DCN indicam os caminhos curriculares para a formação de professores, a BNCC estabelece o currículo para a formação de alunos em todo o país. Devido à extensão de ambos os documentos e às inúmeras

possibilidades de análise, escolheu-se como recorte a abordagem das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), devido à atualidade do tema e a este ser basilar na elaboração da BNCC.

Porém, no que se refere ao Ensino Médio, é preciso, ainda, considerar a legislação mais atual que interfere em sua organização: a lei nº 13.415, que prevê a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996). Portanto, esse documento legal também é incluído na análise realizada por esta pesquisa.

Nesse sentido, dividiu-se esse trabalho em duas partes: o referencial teórico e as discussões dele decorrentes. Na primeira parte, são apresentadas sucintamente a BNCC do Ensino Médio, as DCN para formação docente e a lei que implementa a Reforma do Ensino Médio. Além de contextualizados, esses documentos são brevemente analisados quanto à formação de alunos da educação básica e de futuros professores para o trabalho com as TDIC.

Na segunda parte, com base na análise dos documentos, discute-se os caminhos para se conciliar a necessidade de investimentos na educação pública com a implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. E, nesse contexto, a importância de uma formação docente que contemple o trabalho com TDIC para dar condições ao professor de língua portuguesa de saber explorar plenamente gêneros discursivos multimodais (ROJO, 2017), considerando as novas formas de sociabilidade propiciadas pela tecnologia 5G (SALOMÃO, 2018), que conecta pessoas e máquinas e máquinas e máquinas.

### **Base Nacional Comum Curricular – BNCC de língua portuguesa do Ensino Médio**

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em setembro de 2015 e passou a ser analisada e discutida por educadores de todo o país, até a elaboração da segunda versão, em maio de 2016. Depois de seminários estaduais com professores, gestores e especialistas em educação, a terceira versão foi redigida, levando, em dezembro de 2017, à homologação da primeira parte da BNCC, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Passou-se, então, ao processo de formação e capacitação de professores, bem como de apoio aos sistemas estaduais e municipais de educação, para a implementação da BNCC e adequação dos currículos escolares. A partir de abril de 2018, passou-se ao debate, por meio de audiências públicas, sobre a segunda parte da BNCC, voltada ao Ensino Médio, até a sua homologação, em dezembro do mesmo ano.

Mas a história da BNCC começou bem antes, já que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já previa, em seu Artigo 210, uma Base Nacional Comum Curricular: “serão fixados conteúdos mínimos para o

ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, s.p.). Nesse sentido, promulgada em 1996, a LDB (BRASIL, 1996) regulamentou uma base nacional, em seu Artigo 26.

Os documentos seguintes que pretenderam orientar o currículo nacional foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), consolidados em 1997 (Ensino Fundamental 1), 1998 (Ensino Fundamental 2) e 2000 (Ensino Médio). Apesar de não serem obrigatórios, eles funcionam como diretrizes para subsidiar: os processos de elaboração ou revisão curricular; a formação inicial e continuada de professores; as discussões pedagógicas internas nas escolas; a produção de livros e outros materiais didáticos; e a avaliação do sistema de educação (BRASIL, 1998). Os PCN foram utilizados como referencial para as propostas curriculares das escolas até a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2013) em 2013.

Ao contrário dos PCN, as DCN são obrigatórias para a educação básica, tendo como objetivo orientar os currículos escolares e os conteúdos mínimos a serem adotados em todo o país, a fim de assegurar uma formação básica, conforme previsto na LDB, para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. As Diretrizes foram o suporte para a elaboração da BNCC. Complementares e não excludentes, as DCN ditam a estrutura geral dos currículos, o qual tem seus conteúdos detalhados pela BNCC.

A criação da BNCC procurou atender, ainda, algumas demandas do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), como a Meta 7, que prevê: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem” de modo a atingir determinadas médias nacionais para o Ideb (BRASIL, 2014, s.p.).

É justamente nesse sentido que se encontra uma das críticas à BNCC, já que, como pontuam Santos e Diniz-Pereira (2016), a elaboração de um currículo comum não garante a qualidade da educação básica, pois diferença e diversidade não podem ser alcançadas a partir de uma base comum, já que o que é definido em nível nacional será adaptado e recontextualizado, de acordo com as esferas envolvidas no processo educativo: Secretarias de educação estaduais e municipais, escolas, professores e alunos.

Ainda como desvantagens da BNCC, Santos e Diniz-Pereira (2016) a consideram inócua, pois, para eles, os professores pouco consultam documentos oficiais para elaborar suas aulas, e, por isso, a qualidade da educação deveria ser buscada com investimentos na infraestrutura das escolas e na carreira docente, com melhores salários e formação continuada para professores.

Indo ao encontro desse pensamento, Micarello (2018) recorda que a BNCC é apenas uma parte das ações da Política Nacional da Educação

Básica, a qual inclui as políticas de formação de professores, de materiais e tecnologias educacionais, de infraestrutura escolar e de avaliação da educação básica. Por isso, todos esses campos necessitam de investimentos, e só com o desenvolvimento de todos esses setores será possível a melhoria na educação básica.

É importante que se tenha essa visão crítica sobre a BNCC, desde o processo inicial de discussão até a versão final que foi entregue à sociedade. Por outro lado, há quem defenda pontos positivos do documento, sobretudo pelo fato de contemplar o impacto das tecnologias digitais no cotidiano dos alunos. Assim, para Rojo (2017), um aspecto importante da BNCC é o trabalho com a multimodalidade, já que as TDIC favorecem o contato com gêneros multimodais, que se utilizam de diversas semioses, como verbal, não verbal, sonora, visual.

Nesse sentido, também se pode destacar que, ao propor a organização curricular com base nos campos de atuação, intrinsecamente ligados às práticas sociais, a BNCC se mostra adequada à realidade dos alunos. Para tanto, o professor assume papel de mediador, que compartilha conhecimentos e, também, aprende com os alunos, a partir da diversidade de conteúdos propostos pela BNCC. Essas temáticas são, ainda, outra vantagem, para Rojo (2017), pois, além do conteúdo comum, a BNCC prevê que parte do conteúdo seja diversificado, de acordo com as regiões brasileiras.

E se os professores são mediadores nesse processo formativo e de implementação da BNCC, é necessário investigar como está prevista a formação docente. Por isso, esta pesquisa volta o seu olhar também para o documento que detalha a formação docente inicial e continuada de professores: as DCN para formação docente (BRASIL, 2015).

### **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores**

Promulgada em 1º de julho de 2015, a Resolução nº 2 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015). Essa Resolução tem como objetivo definir princípios e fundamentos nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições.

A elaboração das DCN para formação docente decorre de uma jornada que começou nos anos de 1930. Conforme um breve histórico feito por Santos e Diniz-Pereira (2016), as licenciaturas foram criadas nos anos 1930, voltadas para formar professores para o ensino secundário. Contudo, esses cursos eram tidos apenas como apêndices dos bacharelados e, elitizados,

formavam poucos professores. Por isso, tal modelo foi considerado inadequado, levando, na década de 1960, à criação dos cursos de “curta duração” e, na década de 1970, às “licenciaturas curtas”, que formariam professores para o “ginásio” (atual Ensino Médio) e o ensino secundário (corresponde ao que hoje é a segunda metade do Ensino Fundamental, a partir do sexto ano, e ao Ensino Médio).

As disciplinas das licenciaturas (como das demais graduações do país) tinham grade curricular padronizada, por meio de um currículo mínimo determinado pelo governo brasileiro, além de a carga horária ser reduzida. A LDB (BRASIL, 1996), e o que ela prevê em seu artigo 13, segundo Santos e Diniz-Pereira (2016), exigiu uma formação profissional mais global. Por isso, em 2002 foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Além de separar licenciatura de bacharelado, esse documento previu o aumento da carga horária teórica e prática dos cursos de formação docente. Atualizado em 2015, esse documento, conforme Santos e Diniz-Pereira (2016), passou a prever não apenas a formação inicial docente, mas também a continuada, além de dedicar um capítulo específico à valorização de profissionais do magistério (BRASIL, 2015). Em vez dos currículos mínimos, que estabeleciam disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura, as diretrizes passaram a orientar como esses cursos poderiam ser atualizados. Por isso, “as diretrizes curriculares, ao intencionalmente possibilitarem a diversificação e a inovação de propostas curriculares, não servem como mecanismo de padronização dos currículos (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016, p. 294).

Todavia, esses autores salientam que a tentativa de manter a coerência entre as DCN para formação docente e a BNCC “pode representar a volta da opção pela adoção de mecanismos que garantam a padronização das propostas curriculares dos cursos de formação docente” (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016, p. 294). Se esse processo, de fato, se concretizar, ele representaria um retrocesso no trabalho de se garantir uma educação de qualidade e pautada na diversidade curricular.

Por isso, em vez de uma padronização, como a proposta pela BNCC, imposta aos currículos escolares, os autores supracitados defendem que a melhoria da educação dependeria da redução das assimetrias sociais, com investimentos em melhores condições materiais e na preparação de professores para enfrentar os desafios próprios da educação contemporânea. Na teoria, a Reforma do Ensino Médio poderia contribuir para essa melhoria. Mas há controvérsias.

## **Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415**

Com o objetivo principal de resolver o problema dos altos índices de evasão escolar (1,5 milhão de jovens entre 15 e 17 anos<sup>1</sup>), a Lei nº 13.415, conhecida como Reforma do Ensino Médio, foi promulgada em 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996).

Entre os argumentos pró-reforma, estão a melhoria dos índices educacionais do Brasil, o fato de o ensino médio se tornar mais atrativo para os alunos e as melhores possibilidades de formação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Por outro lado, argumentos contrários à reforma defendem que ela não foi debatida com a sociedade civil. Além disso, a implementação enfrentará obstáculos estruturais e de recursos, e o documento não prevê solução para os principais problemas apontados por alunos: segurança, infraestrutura e assiduidade de professores (RAMOS; HEINSFELD, 2017).

No que se refere à aplicação de TDIC no currículo, a Reforma prevê que conteúdos, metodologias e formas de avaliação possibilitem que, ao final do Ensino Médio, o educando demonstre domínio de princípios científicos e tecnológicos e conhecimento de formas contemporâneas de linguagem (BRASIL, 2017). Essa Lei prevê, ainda, que os currículos dos cursos de formação de docentes contemplem as determinações apontadas pela BNCC, a qual, como já dito, dão bastante evidência às TDIC.

## **Dos documentos oficiais para a sala de aula: o uso das TDIC**

Depois de conhecer brevemente um panorama de análises de documentos oficiais relacionados ao currículo do Ensino Médio, chega-se ao foco desta pesquisa, a qual pretendeu analisar como o uso das tecnologias digitais é abordado em tais documentos. Busca-se, com essa análise, levantar a discussão sobre como deve haver coerência entre a formação docente e o currículo adotado nas escolas.

Nesse sentido, destacam-se as competências 1 e 7, específicas de linguagens e suas tecnologias, previstas na BNCC do Ensino Médio:

---

<sup>1</sup> Dados de 2017, segundo o segundo o Ministério da Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1954625-ensino-medio-perde-alunos-apesar-de-pais-ter-15-mi-de-jovens-fora-da-escola.shtml>. Acesso em: 3 mar. 2020.

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 490).

Tais competências sinalizam a necessidade de um currículo que contemple as práticas linguísticas utilizadas em mídias diversas, inclusive as digitais. Indo ao encontro dessa premissa, a BNCC prevê o trabalho com diferentes gêneros digitais e multimodais, conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Exemplos de algumas habilidades que envolvem gêneros multimodais contemporâneos (em destaque) citados pela BNCC do Ensino Médio, de acordo com campo de atuação

| Campos de atuação BNCC Ensino Médio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| TODOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| (EM13LP17) Elaborar roteiros para a produção de vídeos variados (vlog, videoclipe, videominuto, documentário etc.), apresentações teatrais, narrativas multimídia e transmídia, podcasts, playlists comentadas etc.                                                                                                                                                                                                                                                     |
| VIDA PESSOAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| (EM13LP19) Apresentar-se por meio de textos multimodais diversos (perfis variados, gifs biográficos, biodata, currículo web, videocurrículo etc.) e de ferramentas digitais (ferramenta de gif, wiki, site etc.)                                                                                                                                                                                                                                                        |
| ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| (EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis                                                                                                                                                                                                                                              |
| PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| (EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, podcast ou vlog científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. |



| JORNALÍSTICO/MIDIÁTICO                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, gifs, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais                                                                                              |
| (EM13LP44) Analisar formas contemporâneas de publicidade em contexto digital (advergame, anúncios em vídeos, social advertising, unboxing, narrativa mercadológica, entre outras), e peças de campanhas publicitárias e políticas (cartazes, folhetos, anúncios, propagandas em diferentes mídias, spots, jingles etc.) |
| ARTÍSTICO-LITERÁRIO                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| (EM13LP53) Produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, espetáculos de teatro e dança, exposições etc. (resenhas, vlogs e podcasts literários e artísticos, playlists comentadas, fanzines, e-zines etc.).                                                       |

**Fonte:** BNCC (BRASIL, 2018, grifos nossos). Compilado e adaptado pelas autoras.

Conforme exemplificado pelo quadro, das 54 habilidades que determinam o currículo de língua portuguesa do Ensino Médio, 22 tratam de gêneros ou ferramentas relacionados ao universo das tecnologias digitais. Considerando esse contexto, as diretrizes curriculares para formação docente precisam ser coerentes com o que propõem os documentos oficiais que regem os currículos da educação básica.

Uma análise das DCN de formação docente (BRASIL, 2015) permite observar que esse documento contempla o uso das TDIC, tanto para a formação inicial quanto para a continuada. Por exemplo, o artigo 2º, parágrafo 2º, indica que a ação do profissional do magistério requer uma formação que permita o domínio de “diversas linguagens, tecnologias e inovações” (BRASIL, 2015, p. 3). Em consonância a isso, o artigo 5º, inciso V, determina que a formação de profissionais do magistério deve conduzir o egresso “ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes” (BRASIL, 2015, p. 6).

A formação docente não pode negligenciar os rumos que a educação tem tomado na contemporaneidade. A BNCC, desse modo, pode ser tomada como um documento norteador na área das TDIC, não para engessar o currículo de formação docente, mas para contribuir com um ensino que considere a influência cada vez maior das tecnologias digitais.

## Considerações finais

Conforme aponta Salomão (2018), a realidade atual é marcada pela quinta revolução tecnológica, que demanda novas formas de sociabilidade e

novas construções culturais, por meio da tecnologia 5G, que conecta pessoas e máquinas e máquinas e máquinas (SALOMÃO, 2018). Esse é o contexto previsto pela BNCC, para o qual as escolas devem estar preparadas. Nessa perspectiva, é salutar redefinir o papel do educador, de modo que os professores se qualifiquem “na interação com os sujeitos da aprendizagem, no desenvolvimento de novas sociabilidades e na vocação para desenvolvimentos contextualizados e autorais” (SALOMÃO, 2018, s.p.).

E a BNCC vai ao encontro dessa necessidade, segundo defende Rojo (2017), já que, da mesma forma que consolida conceitos-chave dos PCN, como o estudo da língua ser baseado nas práticas de linguagem, apresenta novos componentes que consideram o impacto das tecnologias, o que pode ser observado pela inclusão, no currículo escolar, de novos gêneros discursivos, especialmente os digitais e multimodais, os quais, de modo geral, já fazem parte da realidade dos alunos.

Contudo, essa nova configuração social requer atualização dos professores, para que possam se familiarizar com esses novos gêneros e, cada vez mais, lançar mão dos multiletramentos nas práticas escolares. Uma formação docente crítica e multidisciplinar, que considere a diversidade sociocultural dos alunos e a sua inserção no universo das tecnologias digitais poderá propiciar maior autonomia ao professor para que ele, em sala de aula, possa efetivamente utilizar a BNCC, não como fôrma, mas como bússola.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 2018. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Reforma do Ensino Médio. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** Ministério da Educação. Brasília: MEC. 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 fev. 2020.

MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares. O processo de construção da BNCC e as implicações da Base para o ensino de Língua Portuguesa. **Encontro de Egressos do ProfLetras/UFJF**, Juiz de Fora. nov. 2018. Conferência de abertura no Encontro de Egressos do ProfLetras, 2018, [Juiz de Fora, MG].

RAMOS, Flávia Regina Oliveira; HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solón. Reforma do Ensino Médio de 2017 (lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 18284-18300. Disponível em: [http://www.educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24107\\_11975.pdf](http://www.educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24107_11975.pdf). Acesso em: 6 fev. 2020.

ROJO, Roxane. Roxane Rojo: "Há muitos países recuando no tempo com seus currículos. Enquanto aqui estamos evoluindo rapidamente". **Nova Escola**. 2017. Disponível em: <http://www.novaescola.org.br/bncc/conteudo/29/roxane-rojo-ha-muitos-paises-recuando-no-tempo-com-seus-curriculos-enquanto-aqui-estamos-evoluindo-rapidamente>. Acesso em: 6 fev. 2020.

SALOMÃO, Margarida. Políticas públicas para a educação no século XXI. **Encontro de Egressos do ProfLetras/UFJF**, Juiz de Fora. nov. 2018. Conferência de encerramento no Encontro de Egressos do ProfLetras, 2018, [Juiz de Fora, MG].

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p.281-300, set.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n100/1678-7110-ccedes-36-100-00281.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

*Recebido em: 15/03/2020*

*Aceito em: 17/09/2020*